

**RERRATIFICAÇÃO E PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DE
SOCIEDADE DE ADVOGADOS COM SÓCIOS PATRIMONIAIS E COM
SÓCIOS DE SERVIÇO**

RICCI E SANTOS SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito os abaixo assinados:

TIAGO GONÇALVES DE OLIVEIRA RICCI, brasileiro, advogado, inscrito sob o nº. 235.700 no quadro dos advogados desta Secção, portador do CPF/MF nº. 700.802.751-68, domiciliado e residente nesta Capital, na Alameda dos Jurupis, 900, apto. 53, torre 4, Moema;

RODOLPHO OLIVEIRA SANTOS, brasileiro, advogado, inscrito sob o nº. 221.100 no quadro dos advogados desta Secção, portador do CPF/MF nº. 262.909.928-80, domiciliado e residente nesta Capital, na Travessa George Perry, 59, Campo Belo;

MATEUS LEMOS FRANCO SILVA, brasileiro, advogado, inscrito sob o nº. 376.188 no quadro dos advogados desta Secção, portador do CPF/MF nº. 104.568.086-98, domiciliado e residente nesta Capital, na Rua Sebastião Soares de Faria, 44, CEP 01317-010; e

GEISA GABRIELA RIBEIRO RODRIGUES, brasileira, advogada, inscrita sob o nº. 356.387 no quadro dos advogados desta Secção, portadora do CPF/MF nº. 376.665.318-00, domiciliado e residente nesta Capital, na Av. Padre Antônio José dos Santos, nº 1415, Apartamento nº 91, CEP: 04563-013.

Únicos sócios da sociedade de advogados, denominada "**RICCI E SANTOS SOCIEDADE DE ADVOGADOS**", inscrita no CNPJ sob o n.º 29.225.906/0001-96, com seu Contrato Social original registrado e arquivado na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de São Paulo, em 08 de novembro de 2017, às fls 319/325 do livro n.º 247 de Registro de Sociedades de Advogados sob o n.º 24539, resolvem, de comum acordo, alterar o mencionado contrato social, mediante as cláusulas e condições a seguir descritas:

1 – Os Sócios Resolvem rerratificar a cláusula terceira do contrato social para corrigir a soma das cotas patrimoniais da sociedade. Assim, como os dois sócios patrimoniais possuem 88.000 (oitenta e oito mil cotas) cada, o valor total das cotas patrimoniais da sociedade deve ser retificado para 176.000 (cento e setenta e seis mil) cotas e o capital social da sociedade deverá ser de 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais).

2 – Ainda, por decisão de comum acordo entre os sócios, altera-se o contrato social para retirada da sócia de participação **GEISA GABRIELA RIBEIRO**

AVERBADO EM

28/11/19

OAB SP - DSADV

RODRIGUES da sociedade, permanecendo os demais sócios.

2 – Assim, com a retirada da sócia de participação acima determinada, reduz-se da totalidade das cotas de serviço o equivalente às cotas que pertenciam a sócia ora retirante, qual seja, 50 (cinquenta) cotas de serviço.

3 - Em decorrência de todas as deliberações acima, a Cláusula 3ª tem sua redação alterada conforme abaixo.

“CAPÍTULO III **DO CAPITAL SOCIAL**

Cláusula 3ª - O corpo social é composto de sócios patrimoniais e sócios de serviço. Todos os sócios devem contribuir com seu trabalho profissional para a realização dos objetivos sociais.

Parágrafo 1º. Todos os sócios têm os mesmos direitos e obrigações, exceto no que toca à contribuição pecuniária para a constituição do capital social, que é exclusiva dos sócios patrimoniais, bem como à sua contrapartida, que é o direito a receber seus haveres no momento do desligamento da sociedade, avaliados com base no seu acervo, calculados conforme estabelecido adiante, também exclusivo dos sócios patrimoniais.

Parágrafo 2º. Os direitos dos sócios são proporcionais à sua participação no corpo social, conforme o número de cotas que detêm, inclusive no que toca à sua participação nos resultados, salvo previsão em acordo de cotistas que determine distribuição de resultados de forma diferente.

Parágrafo 3º. O capital social é de R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais), representado por 176.000 (cento e setenta e seis mil) cotas de valor nominal de R\$ 1,00 (um real), neste ato subscritas pelos sócios patrimoniais, conforme o parágrafo seguinte, e totalmente integralizado.

Parágrafo 4º. A sociedade é composta de um total de 176.050 (cento e setenta e seis mil e cinquenta) cotas, sendo 176.000 (cento e setenta e seis mil) cotas patrimoniais e 50 (cinquenta) cotas de serviço, assim distribuídas entre os sócios.

(a) O sócio Tiago Gonçalves de Oliveira Ricci detém 88.000 (oitenta e oito mil) cotas patrimoniais, de valor nominal de R\$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais), correspondente a 50% (cinquenta por cento) do total das cotas patrimoniais;

(b) O sócio Rodolpho Oliveira Santos detém 88.000 (oitenta e oito mil) cotas patrimoniais, de valor nominal de R\$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais), correspondente a 50% (cinquenta por cento) do total das cotas patrimoniais; e

(c) O sócio Mateus Lemos Franco da Silva detém 50 (cinquenta) cotas de serviço.”

AVERBADO EM

28/11/19

OAB SP - DSADV

4 - Ficam mantidas em pleno vigor as demais cláusulas constantes no contrato social originário que não tenham sido alteradas por este instrumento e que seguem na Consolidação do Contrato Social.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS COM SÓCIOS PATRIMONIAIS E COM SÓCIOS DE SERVIÇO

RICCI E SANTOS SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito os abaixo assinados:

TIAGO GONÇALVES DE OLIVEIRA RICCI, brasileiro, advogado, inscrito sob o nº. 235.700 no quadro dos advogados desta Secção, portador do CPF/MF nº. 700.802.751-68, domiciliado e residente nesta Capital, na Alameda dos Jurupis, 900, apto. 53, torre 4, Moema;

RODOLPHO OLIVEIRA SANTOS, brasileiro, advogado, inscrito sob o nº. 221.100 no quadro dos advogados desta Secção, portador do CPF/MF nº. 262.909.928-80, domiciliado e residente nesta Capital, na Travessa George Perry, 59, Campo Belo; e

MATEUS LEMOS FRANCO SILVA, brasileiro, advogado, inscrito sob o nº. 376.188 no quadro dos advogados desta Secção, portador do CPF/MF nº. 104.568.086-98, domiciliado e residente nesta Capital, na Rua Sebastião Soares de Faria, 44, CEP 01317-010;

As partes têm entre si ajustadas a constituição de uma Sociedade de Advogados, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CAPÍTULO I **NOME E SEDE**

Pelo presente instrumento particular **TIAGO GONÇALVES DE OLIVEIRA RICCI**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito sob o nº. 235.700 no quadro dos advogados desta Secção, portador do CPF/MF nº. 700.802.751-68, domiciliado e residente nesta Capital, na Alameda dos Jurupis, 900, apto. 53, torre 4, Moema; **RODOLPHO OLIVEIRA SANTOS**, brasileiro, casado, advogado, inscrito sob o nº. 221.100 no quadro dos advogados desta Secção, portador do CPF/MF nº. 262.909.928-80, domiciliado e residente nesta Capital, na Travessa George Perry, 59, Campo Belo; **MATEUS LEMOS FRANCO DA SILVA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito sob o nº. 376.188 no quadro dos advogados desta Secção, portador do CPF/MF sob o nº 104.568.086-98

AVERBADO EM

28/11/19

OAB SP - DSADV

residente e domiciliado na Rua Sebastião Soares de Faria, 44, CEP 01317-010, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; estas partes têm entre si ajustadas a constituição de uma Sociedade de Advogados, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

Cláusula 1ª - "Ricci e Santos Sociedade de Advogados" se rege pela Lei Federal nº 8.906/94, pelo Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil, pelo Provimento 112/2006 e pelos demais provimentos e regulamentos aplicáveis à espécie.

Parágrafo 1º: A Sociedade tem sede na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, n.º 1748, conjunto 101/102/103, Brooklin, São Paulo – SP, CEP: 04571-000.

Parágrafo 2º: Poderão ser abertas outras unidades de trabalho, sempre sob responsabilidade direta de todos os sócios, respeitada a obrigação de inscrição dos responsáveis e da própria Sociedade, bem como a devida comunicação à Seccional do registro original.

CAPÍTULO II **DOS OBJETIVOS SOCIAIS**

Cláusula 2º - A Sociedade tem por objeto disciplinar o expediente e os resultados patrimoniais auferidos na prestação dos serviços de advocacia.

CAPÍTULO III **DO CAPITAL SOCIAL**

Cláusula 3ª - O corpo social é composto de sócios patrimoniais e sócios de serviço. Todos os sócios devem contribuir com seu trabalho profissional para a realização dos objetivos sociais.

Parágrafo 1º. Todos os sócios têm os mesmos direitos e obrigações, exceto no que toca à contribuição pecuniária para a constituição do capital social, que é exclusiva dos sócios patrimoniais, bem como à sua contrapartida, que é o direito a receber seus haveres no momento do desligamento da sociedade, avaliados com base no seu acervo, calculados conforme estabelecido adiante, também exclusivo dos sócios patrimoniais.

Parágrafo 2º. Os direitos dos sócios são proporcionais à sua participação no corpo social, conforme o número de cotas que detêm, inclusive no que toca à sua participação nos resultados, salvo previsão em acordo de cotistas que determine distribuição de resultados de forma diferente.

Parágrafo 3º. O capital social é de R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais), representado por 176.000 (cento e setenta e seis mil) cotas de valor nominal de R\$ 1,00 (um real), neste ato subscritas pelos sócios patrimoniais,

AVERBADO EM
28/11/19

OAB SP - DSADV

conforme o parágrafo seguinte, e totalmente integralizado.

Parágrafo 4º. A sociedade é composta de um total de 176.050 (cento e setenta e seis mil e cinquenta) cotas, sendo 176.000 (cento e setenta e seis mil) cotas patrimoniais e 50 (cinquenta) cotas de serviço, assim distribuídas entre os sócios.

- a) O sócio Tiago Gonçalves de Oliveira Ricci detém 88.000 (oitenta e oito mil) cotas patrimoniais, de valor nominal de R\$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais), correspondente a 50% (cinquenta por cento) do total das cotas patrimoniais;
- b) O sócio Rodolpho Oliveira Santos detém 88.000 (oitenta e oito mil) cotas patrimoniais, de valor nominal de R\$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais), correspondente a 50% (cinquenta por cento) do total das cotas patrimoniais; e
- c) O sócio Mateus Lemos Franco da Silva detém 50 (cinquenta) cotas de serviço.

CAPÍTULO IV

DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

Cláusula 4ª - A responsabilidade dos sócios é limitada ao montante do capital social.

Parágrafo 1º: Além da sociedade, o sócio responde subsidiária e ilimitadamente pelos danos causados aos clientes por ação ou omissão no exercício da advocacia, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar em que possa incorrer.

Parágrafo 2º: Os responsáveis por atos ou omissões que causem prejuízos à Sociedade e/ou a terceiros deverão cobrir as perdas sofridas pelos demais sócios, de forma integral.

CAPÍTULO V

DA ADMINISTRAÇÃO SOCIAL

Cláusula 5ª - A administração dos negócios sociais cabe aos sócios patrimoniais Tiago Gonçalves de Oliveira Ricci e Rodolpho Oliveira Santos, que usarão o título de Sócio Administrador, praticando os atos conforme adiante estabelecido.

Parágrafo 1º: Para os seguintes atos, a sociedade estará representada pela assinatura isolada de qualquer Sócio Administrador ou de Procurador constituído em nome da Sociedade:

- a) representação perante terceiros em geral, inclusive repartições públicas de qualquer natureza e entidades do sistema financeiro, bem como representação em juízo ou fora dele, ativa e passivamente;

AVERBADO EM

28/11/19

OAB SP - DSADV

b) despedida e punição de empregados, liberação e movimentação de FGTS e outros fundos, benefícios, ônus e quejandos, previdenciários, quitações e rescisões trabalhistas, representação perante entidades sindicais, previdenciárias e órgãos do Ministério do Trabalho;

c) emissão e endosso de faturas, cheques e ordem de pagamento;

d) prática dos atos ordinários de administração dos negócios sociais;

e) recebimento de créditos e consequente quitação;

f) outorga, aceitação e assinatura de contratos ou atos jurídicos em geral, e assinatura de contratos ou atos jurídicos com assunção de obrigações pecuniárias de montante não superior à R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

Parágrafo 2º: Para os seguintes atos, a Sociedade estará representada por pelos menos dois Sócios-Administradores:

a) constituição de procurador(es) *ad negotia* com poderes determinados e tempo certo de mandato;

b) constituição de procurador(es) *ad judicia*;

c) abertura e encerramento de contas bancárias;

d) alienação, oneração, cessão e transferência de bens imóveis e direitos a eles relativos, podendo fixar e aceitar preços e formas de pagamento, receber e dar quitação, transigir, imitar na posse, entre outros.

Parágrafo 3º: Para todos os demais atos ordinários e extraordinários de administração societária, não elencados nos parágrafos 1º e 2º desta cláusula, a Sociedade estará representada pela assinatura dos Sócios Administradores, ou da de um Sócio Administrador e um Procurador constituído em nome da Sociedade. Entre tais atos, exemplificam-se os seguintes:

a) outorga, aceitação e assinatura de contratos ou atos jurídicos com assunção de obrigações pecuniárias de montante superior à R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

b) aceite de títulos cambiários e comerciais em geral, resultantes de obrigações da Sociedade;

Parágrafo 4º: É absolutamente vedado, sendo nulo e ineficaz em relação à Sociedade, o uso da razão social para fins e objetivos estranhos às atividades e interesses sociais, notadamente prestação de avais, fianças e outros atos quejandos, mesmo que em benefício dos próprios sócios.

AVERBADO EM

28/11/19

OAB SP - DSADV

Parágrafo 5º: Aos sócios incumbidos da administração não será atribuída a retirada de pró-labore.

CAPÍTULO VI **DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO E RESULTADO SOCIAIS**

Cláusula 6ª - O exercício social coincide com o ano civil. Ao final de cada exercício levantar-se-á o balanço geral da Sociedade, apurando-se os resultados, que serão atribuídos aos sócios na proporção de seus quinhões sociais ou pela forma que estabelecerem, após a dedução dos encargos eventualmente incidentes, na forma da legislação fiscal aplicável.

CAPÍTULO VII **DA DURAÇÃO DA SOCIEDADE E EVENTOS DE DISSOLUÇÃO**

Cláusula 7ª - Perdurará por tempo indeterminado a Sociedade.

Cláusula 8ª - A morte, incapacidade, insolvência, exclusão, dissidência ou retirada de qualquer sócio não implicará a dissolução da Sociedade.

Parágrafo 1º: Ante a possibilidade prevista no Artigo 5º do Provimento 112/06 e na Deliberação 17/05, em todos os casos que houver redução do número de sócios à unipessoalidade, a pluralidade de sócios poderá ser reconstituída, a pedido do sócio remanescente, em até 180 (cento e oitenta) dias da data do registro do fato na OAB, sob pena de dissolução da sociedade.

Parágrafo 2º: Não sendo o caso de reconstituição da pluralidade de sócios, o sócio remanescente providenciará imediatamente a liquidação da sociedade, sob pena de responsabilização pessoal.

Parágrafo 3º: Em qualquer destas hipóteses, far-se-á um balanço geral apurando-se o valor do capital social e dos quinhões, pagando-se ao sócio que se retira ou a seus herdeiros até 12 (doze) meses.

Parágrafo 4º: Se a dissolução for voluntária, processar-se-ão os trâmites da dissolução social, sendo liquidante aquele sócio ou terceiro que for indicado pela maioria do capital social.

Parágrafo 5º: Em caso de exclusão de um dos sócios por qualquer das hipóteses previstas em lei, inclusive a perda de inscrição na OAB, conforme a deliberação da maioria do capital social, proceder-se-á conforme previsto no parágrafo 1º.

CAPÍTULO VIII **DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE COTAS**

Cláusula 9ª - Ao outro sócio é reservado o direito de preferência na aquisição

AVERBADO EM 28/11/19 OAB SP - DSADV

de cotas do capital social.

Parágrafo 1º: O sócio que desejar ceder ou transferir total ou parcialmente cotas adquiridas mediante compra deverá notificar por meio idôneo o outro, especificando quantidade, valor e forma de pagamento, bem como o nome do eventual interessado, atendido o requisito de inscrição da OAB.

Parágrafo 2º: Em prazo de trinta dias da efetivação da notificação, o sócio remanescente deverá manifestar expressamente se deseja exercer seu direito de preferência ou se tem alguma restrição ao ingresso do eventual interessado na Sociedade.

Parágrafo 3º: Exercido o direito de preferência, far-se-á cessão de cotas, assinando-se a alteração do Contrato Social.

Parágrafo 4º: Não exercido o direito de preferência e não havendo restrição ao ingresso do eventual interessado na Sociedade, o sócio ofertante poderá alienar as cotas a terceiro interessado, nas mesmas condições.

Parágrafo 5º: Em havendo oposição ao nome do terceiro interessado, o sócio ofertante poderá optar por sua retirada, nos termos da lei e conforme previsto na cláusula 8ª, respeitado o artigo 5º do Provimento 112/06.

CAPÍTULO IX **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Cláusula 10ª - As alterações do Contrato Social serão decididas por maioria do capital social em deliberação com a presença de todos os sócios, valendo cada quota um voto, bastando materializar essa maioria e autorizar o registro.

Parágrafo único: Ao sócio dissidente cabe, em prazo subsequente de 30 (trinta) dias do registro da alteração, a manifestação de seu dissenso, com o exercício de seu direito de retirada e procedendo-se como previsto na cláusula 8ª.

Cláusula 11ª - A exclusão do outro sócio, pode ser deliberada por aqueles que representem ao menos 3/5 (três quintos) do capital social, ou na forma prevista em eventual acordo de cotistas vinculativo entre os sócios, mediante alteração contratual. O pedido de registro e de arquivamento da respectiva alteração estará instruído com a prova de que o interessado fora pessoalmente comunicado, ou então, se isto era impossível, com certificação de oficial de registro de títulos e documentos.

Cláusula 12ª - Os sócios que integram a Sociedade, observando eventual acordo de cotistas, poderão particularmente advogar e os honorários assim recebidos não reverterão a favor da sociedade.

Cláusula 13ª - Os sócios declaram que não exercem nenhum cargo ou ofício

AVERBADO EM

28/11/19

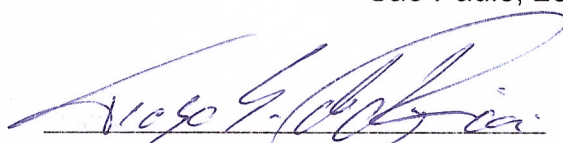
OAB SP - DSADV

público que origine impedimento ou incompatibilidade em face do Estatuto da OAB, não participam de outra Sociedade de Advogados no âmbito desta Seccional, nem são a ela associados, e que não estão incursos em nenhum dos crimes previstos em lei, que os impediriam de participar de sociedades.

Cláusula 14ª - Fica eleito como foro contratual o foro Central da comarca de São Paulo, para qualquer medida urgente.

Parágrafo Único – Elegem as partes, para a solução de quizilas intestinas, o Tribunal de Mediação, Conciliação e Arbitragem da OAB.

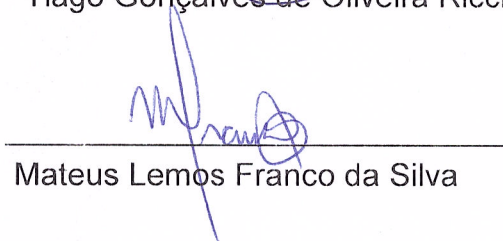
São Paulo, 28 de agosto de 2019



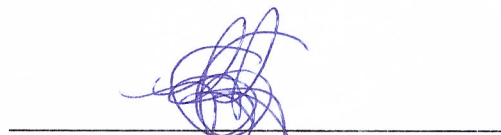
Tiago Gonçalves de Oliveira Ricci



Rodolpho Oliveira Santos

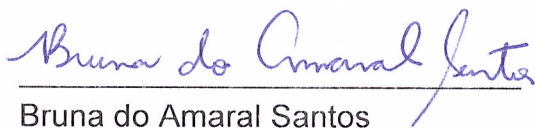


Mateus Lemos Franco da Silva



Geisa Gabriela Ribeiro Rodrigues

TESTEMUNHAS



Bruna do Amaral Santos

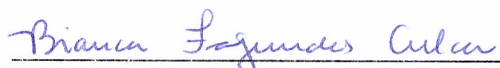
RG 37.677.723-0

CPF 417.858.688-28

End.: Rua Cardeal, 566,

Portal das Laranjeiras, Caieiras.

CEP 07745-100



Bianca Fagundes Culca

RG 49.112.697

CPF 424.018.417-57

End. Rua Sacariba, 178, Jardim Elba

São Paulo, CEP 03980-040